



O Presente sob a forma das “tarefas infinitas” da herança e das realidades futuras da Zona Oriental de Lisboa

El Presente en forma de “tarefas infinitas” del patrimonio y realidades futuras de la Zona Este de Lisboa

The Present in the form of the ‘infinite tasks’ of heritage and future realities of the Eastern Area of Lisbon

Ana Catarina Serra Nevado

DINÂMIA-CET-Iscte - Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal. a24304@iscte-iul.pt

Paula Cristina André dos Ramos Pinto

DINÂMIA-CET-Iscte - Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal. paula.andre@iscte-iul.pt

Resumo

A cidade contemporânea reveste-se de heranças como “tarefas infinitas”, as quais requerem um (re)conhecimento crítico e histórico, prevendo a sua transformação e adaptação futuras. A Zona Oriental de Lisboa (ZOL) constitui um caso de estudo de transformação urbana, onde as interpretações críticas, históricas e afetivas da passagem do tempo sobre o território se conjugam no presente.

Palavras-Chave: Herança. Património. Território. Recarga ativa. Zona oriental de Lisboa.

Resumen

La ciudad contemporánea está cubierta de legados como “tareas infinitas”, que requieren un (re)conocimiento crítico e histórico, previendo su futura transformación y adaptación. La Zona Este de Lisboa (ZEL) constituye un estudio de caso de transformación urbana, donde las interpretaciones críticas, históricas y afectivas del paso del tiempo sobre el territorio confluyen en el presente.

Palavras-Clave: Herencia. Patrimonio. Territorio. Recarga activa. Zona Este de Lisboa.

Abstract

The contemporary city is covered with legacies as “infinite tasks”, which require critical and historical (re)knowledge, foreseeing its future transformation and adaptation. The Eastern Area of Lisbon (EAL) performs a case study of urban transformation, where critical, historical and affective interpretations of the passage of time over the territory come together in the present.

Keywords: Legacy. Heritage. Territory. Active recharge. Eastern area of Lisbon.

INTRODUÇÃO

*Ao sermos testemunhas, somos responsáveis pela adequada e justa evolução das sociedades, das cidades, das paisagens e dos patrimônios.
(Waisman, 2013, p. 164).*

A cidade contemporânea engloba sistemas de redes sobrepostas, interligadas, como reator de interações e com dinâmicas urbanas multiescalares que ultrapassam a microescala de um lugar. Os lugares são mnemônicos e a imagética é ferramenta de percepção, interpretação e transformação. Assim, a paisagem urbana representa também uma vertente feérica por via da sua mutação, a qual se assume inevitável ao longo de um presente que integra o passado (“herança”) e o futuro. Mas, tal como assinalou Jacques Derrida, “A herança não é algo dado, é sempre uma tarefa. Permanece entre nós de modo tão indiscutível que, mesmo antes de aceitá-la ou renunciá-la, somos herdeiros, e herdeiros enlutados, como todos os herdeiros” (1995, p. 67). Consequentemente, repensar a herança urbana é uma “tarefa infinita” (Husserl, 2008) e apenas será viável se superarmos a sua inércia e se compreendermos com profundidade a historicidade dos factos (Carbonell, 2018).

Partindo do pressuposto de que “(...) um organismo urbano só se conhece através da dimensão histórica, que na sua intrínseca continuidade se funde com o tempo através de uma sucessão de reacções e de crescimentos a partir de um estado anterior” (Muratori, 1960, p. 5), no presente artigo objetivamos apresentar uma proposta conceptual de reconstrução do território na contemporaneidade através da interpretação da dimensão temporal dos valores patrimoniais, centrando-nos para tal na análise da Zona Oriental de Lisboa (ZOL) e nas respetivas “heranças” urbanas com enfoque na sua reutilização e refuncionalização.

Metodologicamente, consideramos teorias e conceitos relacionados com a memória, o património e a regeneração urbana. Os dados principais de análise foram recolhidos por via empírica, através de visitas e recolhas fotográficas em diversos momentos no território em estudo. Adicionalmente, considera-se uma seleção criteriosa de obras e de autores no âmbito de pesquisa bibliográfica relacionada com as temáticas em causa. Imbuídas no espírito de uma “reconstrução emocional” preconizado por P. Zumthor (Zumthor e Lending, 2018; Valle Zonno, 2020) - relacionando paisagem, arquitetura e as questões memoriais -, as opções metodológicas definidas pretendem contribuir para a apreensão do lugar e dos seus ambientes multidiversificados.

A cidade contemporânea é, por natureza, não-linear, complexa e evolutiva, resultando eminentemente da obra do tempo e ultrapassando assim a “marca” do arquitecto (Reynaud, 1979, p. 231). Enquanto entidade “pós-democrática” (Crouch, 2000), contém sociedades plurais e hipertextuais em contextos de incerteza e de diversidade (Ascher, 2010). Os seus sistemas urbanos, os vazios urbanos e os vestígios (des)construídos na cidade funcionam como membranas permeáveis, com potencial de resignificação (Blümer, 2017). A relação entre o lugar (Norberg-Schulz, 1997) e a sua região ultrapassa o conceito de palimpsesto (Corboz, 2004), implicando assim uma reflexão mais elaborada sobre o tempo e a memória (Dematteis, 1995; Sennett, 2014; Blümer, 2017). Com efeito, os lugares e as memórias coletivas são revelados através de perspetivas concertadas entre a arqueologia, a arquitetura e as dinâmicas urbanas (Vieyra, 2012; Frías, 2013). Nessa senda, consideramos que a abordagem à cidade contemporânea e à Zona Oriental de Lisboa (ZOL) deverá,

simultaneamente, ser “não-lugar” e “anti-monumento”, contrariando a teoria de Robert Venturi (Augé, 2004). Perante as actuais e vertiginosas mudanças defendemos o direito ao conhecimento do presente, assumido como todo o passado e todo o futuro (Campos, 1915), e propomo-nos celebrar o Atlas Mnemosine (1924-1929) de Aby Warburg (1866-1929) através da montagem de atlas visuais de conceitos operativos e do território em análise.

A reivindicação de uma “sinceridade patrimonial” é suportada por teorias e conceitos tais como a “cidade porosa” (Secchi e Viganò in Valva, 2011), a “não-regeneração” urbana do território enquanto “entidade física e mental” (Corboz, 2004), e “o espaço para a construção da identidade da paisagem” (André, 2013). E é essa “identidade” que se procura, por um lado, preservar, e, por outro lado, adaptar às transformações sociais e urbanas em contínuo na cidade. Com efeito, torna-se “(...) imprescindível reler, rever e reenfocar, aplicar com precisão o olhar analítico e explicitar os métodos de análise para alcançar o que hoje deveríamos considerar chave, urgente e relevante” (Montaner, 2023, s/p.).

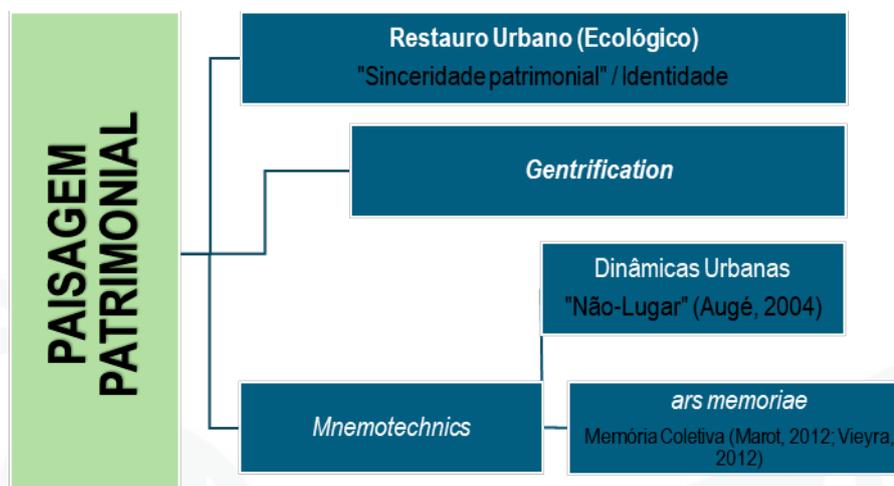


Figura 1: Diagrama conceptual sobre “Paisagem Patrimonial”.
Fonte: Diagrama elaborado por Ana Nevado e Paula André (março de 2023).

DESENVOLVIMENTO

Caracterização e evolução urbana do caso de estudo

A ZOL é uma área urbana vasta e complexa que se localiza maioritariamente junto ao rio Tejo, na sua margem norte, especificamente entre o Terreiro do Paço e o Parque das Nações (Lisboa). Tendo desempenhado um papel fundamental em Portugal na era industrial (séculos XVIII-XX), a sua génese rural remonta ao século XV, com uma ocupação eminentemente de lazer, mosteiros e produção agrícola. Até meados do século XIX, aquando da sobreposição de indústrias pesadas, o território sob análise era marcadamente rural até meados do século XIX¹ (SRU, 2020). Deste modo, foi sobretudo na era industrial que o território se desenvolveu, sendo ainda hoje pontuado por inúmeros vestígios e exemplares de arquitetura ímpar, sobretudo de Quintas (tais como a Quinta do Marquês de Abrantes, a Quinta dos Alfinetes, a Quinta da Salgada ou a Quinta do Ourives) e de antigos complexos fabris (SRU, 2020).

Durante o século XX, mais concretamente em 1964, seria aprovado o Plano de Urbanização de Chelas (PUC), com conclusão então prevista até ao ano 2000. Porém, atendendo às profundas alterações do contexto político, económico e social decorrentes da Revolução de 25 de Abril de 1974, que pôs fim à ditadura do Estado Novo, o Plano não foi concretizado sob a forma inicialmente prevista. Com efeito, as ocupações que se verificaram durante o Verão Quente (1975), a presença do alojamento populacional de proveniência de bairros ilegais/de barracas e das ex-colónias, a par com a manifesta incapacidade das instituições darem resposta rápida num contexto pós-revolucionário, marcam hoje o território de Marvila (SRU, 2020).

O território da ZOL sofreu assim inúmeras transformações, desde a desafetação/sobreposição de usos (rurais, religiosos e fabris) a partir de meados do século XVIII, passando pela adição e justaposição de aterros, pela manutenção de

¹ “A construção da Linha do Norte (...) e da Linha de Cintura (...) [entre meados do século XIX até aos finais do mesmo] conjuntamente com o desenvolvimento das instalações portuárias propiciaram a alteração progressiva do uso deste território do sector primário para o sector secundário, ao longo do século XIX”. (In: Programa Preliminar, pp. 5-6. SRU. Disponível em: https://lisboaparapessoas.pt/wp-content/uploads/2020/11/quintamarquesabrantas_programa.pdf). Acesso em 2 de dezembro de 2023.

ruínas, pela preservação informal dos elementos patrimoniais que o caracterizam - bem como dos acidentes topográficos, que lhe conferem identidade(s). Consequentemente, as memórias urbanas atuais constroem uma paisagem cênica e evolutiva, com “cicatrices” urbanas (Goula, 2006). Como eixos urbanos fundamentais e estruturantes do território, pontuados por elementos patrimoniais, destacamos a Avenida Infante Dom Henrique, a Rua do Grilo/Rua do Beato/Rua do Açúcar, a Rua de Marvila (paralela ao rio e correspondente à evolução da linha de costa e sucessivos aterros), bem como a Avenida Mouzinho de Albuquerque, a Rua Gualdim Pais e a Avenida Marechal Gomes da Costa (perpendicular ao rio e delimitando áreas urbanas, à medida que a cidade se desenvolve, em direção a oriente), em Lisboa, Portugal.

Apesar do seu importante papel do desenvolvimento urbano e da cidade Lisboa a partir de meados do século XVIII com o processo de industrialização e evolução das manufaturas, atualmente encontra-se maioritariamente em estado de degradação física e social. Não sendo considerada como “centro histórico” – e não obstante a forte presença do rio Tejo, quer física, quer visual com sistemas de vistas ímpares –, o território em análise foi sendo construído com escassos recursos e sem aparente qualidade, à exceção de alguns Palácios, Conventos e Igrejas (Figura 2).



*Figura 2: Vista da Igreja do Convento de Xabregas, em Xabregas, Lisboa, Portugal.
Fonte: Fotografia do Arquivo de Ana Nevado, 2014.*

Mas a questão patrimonial não se resume a edifícios dito “eruditos”, mas também à arquitetura de génese industrial (Figuras 3-5).



*Figura 3: Vista da da Fábrica “A Nacional”, no Beato, Lisboa, Portugal.
Fonte: Fotografia do Arquivo de Ana Nevado, 2017.*



Figura 4: Vista dos antigos Gasómetros da Fábrica de Gás da Matinha, em Braço de Prata, Lisboa, Portugal. Fonte: Fotografia do Arquivo de Ana Nevado, 2015.



*Figura 5: Vista de um antigo complexo fabril, em Xabregas, Lisboa, Portugal.
Fonte: Fotografia do Arquivo de Ana Nevado, 2014.*

Não obstante, constam diversos casos de reabilitação e de requalificação urbanas, mas sem a implementação de uma estratégia global de regeneração urbana (como aconteceu no Parque das Nações, na sequência do mega evento EXPO '98). Mas apesar da escala industrial e do impacto da EXPO '98, a paisagem urbana mantém ainda vários elementos originais, naturais e construídos, considerados pitorescos (e.g.: Miradouro/Farol do Rei D. Pedro V; campos/vestigios rurais; antigos Palácios; Pátios e Vilas operários; fachadas profusamente decoradas de antigos complexos fabris; equipamentos religiosos; entre outros). Para além disso, esta herança ainda que “recente”, fortemente pós-industrial, consiste no (re)conhecimento de memórias coletivas do território, não rejeitando, porém, projetos de arquitetura e de regeneração urbana contemporânea (como por exemplo os “Jardins Braço de Prata”

/ “Prata Riverside Village” / “Prata Living Concept”, da autoria do Arquiteto Renzo Piano) (Figura 6). As transformações urbanas têm sido, aliás, céleres e profundas desde 2015 até ao presente, acentuando assimetrias socioeconómicas e disparidades no território (e.g., fenómenos de especulação imobiliária e de *gentrification*).



Figura 6: Vista do desenvolvimento do empreendimento privado “Jardins Braço Prata” / “Prata Riverside Village” / “Prata Living Concept”, sob construção, em Braço de Prata, Lisboa, Portugal. Fonte: Fotografia do Arquivo de Ana Nevado, 2019.

Todavia, a ZOL não constitui uma “área urbana classificada” nem “em vias de classificação” à luz do enquadramento legal e conceptual de património. Assim, enquanto “área não-classificada” e apesar da frente ribeirinha conter ainda inúmeras áreas sob jurisdição da Administração do Porto de Lisboa (APL), entre outras

demandas legais de restrição de uso do território, a transformação urbana do território – quer espontânea, quer planeada –, revela um ímpeto único de criatividade, de originalidade e de mistura de usos. Contudo, a sua natureza estratificada, diversificada e fragmentada com as sucessivas camadas de transformação urbana ao longo do tempo, cujas reminiscências são ainda passíveis de serem reutilizadas, contribuem no seu todo para a sua valorização na cidade e na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Através de “membranas permeáveis”, da herança urbana como (re)conhecimento das memórias vivas e coletivas, eminentemente pós-industriais, e da aceitação de projetos de regeneração urbana no território (e.g.: empreendimento “Jardins Braço de Prata” – Figura 5; Plano de Pormenor da Matinha; etc.), o território é hoje um contínuo “laboratório urbano vivo”. Nas diversas ruínas ainda presentes no território da ZOL, é comum observar que a natureza impera, funcionando também como “membranas de permeabilidade” (Figura 7).



Figura 7: Vista de um “vazio urbano” / de uma “área não-classificada”, em Poço do Bispo, Lisboa, Portugal. Fonte: Fotografia do Arquivo de Ana Nevado, 2014.

Existem ainda diversas áreas “verdes” (planeadas ou não, ocupadas por hortas comunitárias ou por vazios urbanos/áreas expectantes), que representam alternativas relevantes para o espaço urbano, revelando também características de resiliência humana e natural e ainda de biofilia, tirando assim partido das infraestruturas e dos recursos naturais disponíveis no território. Não obstante o seu estado de conservação, essas “membranas” revelam-nos a essência do “lugar” e a sua genuinidade ou autenticidade (Figuras 8-9).



*Figura 8: Vista de uma antiga fábrica em estado de ruína, em Chelas, Lisboa, Portugal.
Fonte: Fotografia do Arquivo de Ana Nevado, 2014.*



Figura 9: Vista de um antigo caminho rural e de “vazios urbanos”, no Beato/em Xabregas, Lisboa, Portugal. Fonte: Fotografia do Arquivo de Ana Nevado, 2014.

O território desenvolve-se não só ao longo do rio, na frente ribeirinha, como também topograficamente, contando assim a(s) sua(s) própria(s) história(s) e a adaptação à mudança. Os Pátios e as Vilas Operárias revelam-nos heranças históricas e urbanas determinantes para a compreensão do território e da sua evolução socioeconómica, bem como a sua “auto-regeneração” (Figura 10).



Figura 10: Vista de um Pátio Operário “auto-regenerado/reabilitado”, no Beato/Em Xabregas, Lisboa, Portugal. Fonte: Fotografia do Arquivo de Ana Nevado, 2017.

Apesar da tendência recente de procurar a ZOL como local de vivência temporária e também de habitação permanente, as populações locais mais antigas e idosas (sobre)vivem muitas vezes em cenários de precariedade que requerem reabilitação e benfeitorias urgentes, sem descaracterizar, no entanto, a paisagem urbana e a sua identidade, por vezes deturpadas pela imposição de infraestruturação a grande escala no território (Figuras 11-12).



Figura 11: Vista do espaço público descaracterizado sob um viaduto/galeria de acesso pedonal, em Chelas, Lisboa, Portugal. Fonte: Fotografia do Arquivo de Ana Nevado, 2019.



*Figura 12: Vista de um espaço público e de um prédio de habitação coletiva, construído em altura, no Beato/em Xabregas, Lisboa, Portugal.
Fonte: Fotografia do Arquivo de Ana Nevado, 2014.*

Regeneração urbana através de projetos estratégicos

Existem, no entanto, diversos projetos estratégicos previstos à macroescala do território, designadamente: o HUB Criativo do Beato, equipamentos de saúde (tais como o Parque Hospitalar Oriental e o Centro de Saúde de Marvila), equipamentos desportivos (um novo pavilhão e um campo de jogos) e áreas verdes (e.g., o Parque Ribeirinho Oriental) (SRU, 2020). Adicionalmente, à macroescala, a questão paisagística e ambiental é fulcral para a reestruturação do território, para a articulação dos “vazios urbanos”, bem como para a sua interligação com outras áreas (centrais) da cidade, por via, por exemplo, da implementação de corredores verdes

com vista ao incremento da biodiversidade. Assim, não só as áreas de estar e de fruição da natureza em meio urbano são importantes, como também a implementação de hortas urbanas, de cariz social, à disposição das populações locais (Carvalho, 2021).

Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes

Para além dos exemplos de reabilitação e de regeneração urbana em curso (formais e informais) no território previamente evidenciados, importa destacar o concurso público do projeto do Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes (2020-2023), a implantar no interstício entre Chelas e Marvila (Bairro dos Alfinetes), especificamente entre a Rua António Gedeão, a Rua Alberto José Pessoa, a Rua Dinah Silveira e a linha ferroviária, na proximidade de equipamentos e infraestruturas urbanas (como a Biblioteca de Marvila e a estação de comboio)² (Figura 13).

² Baseado no recurso disponível em: <https://www.lisboaocidentalsru.pt/puqma>, s/d.

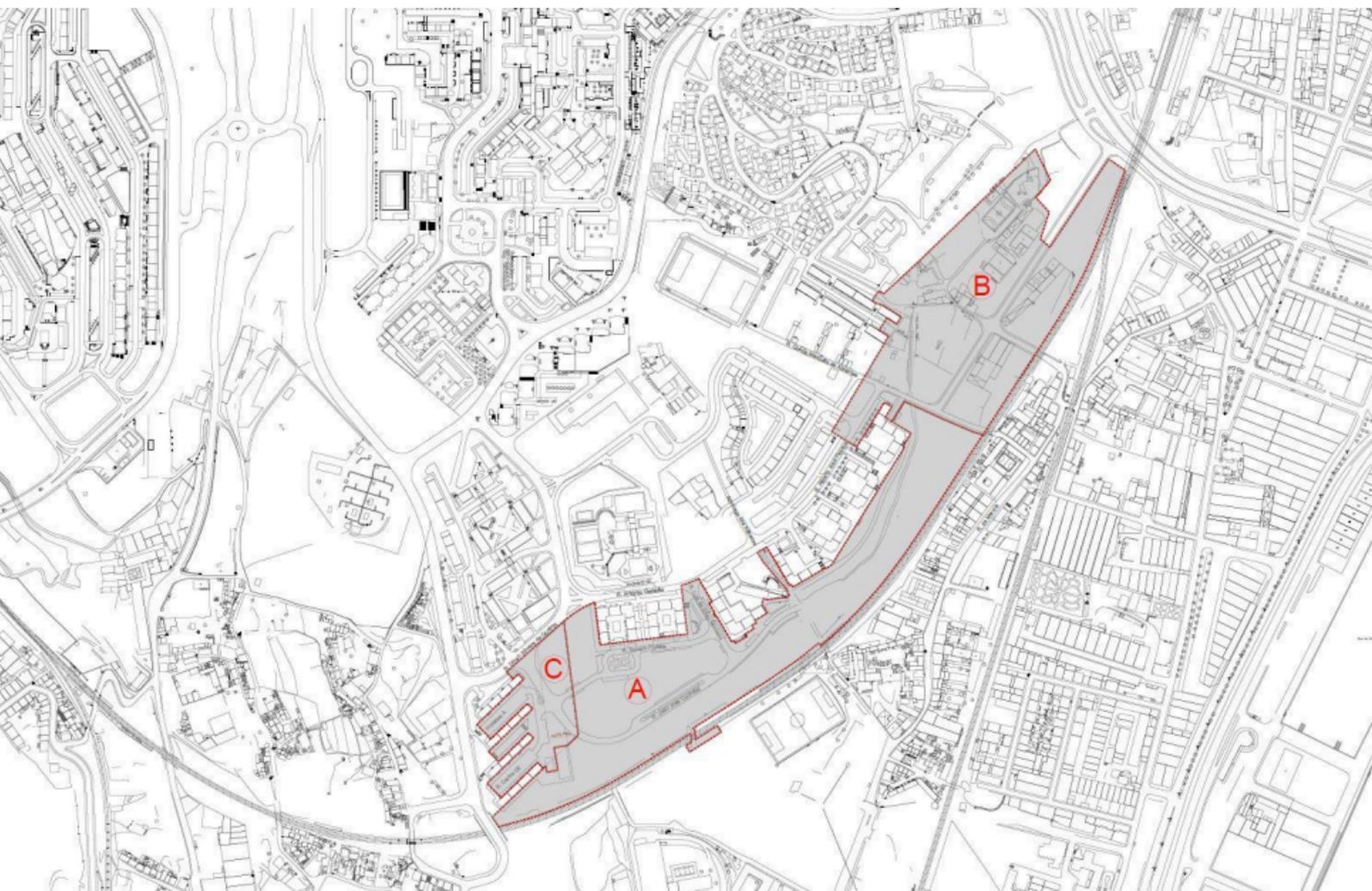


Figura 13: Planta de localização da intervenção (Áreas A, B e C), compreendida como uma “entidade única” (SRU, 2020, p. 8). Fonte: Programa Preliminar do Concurso, disponível em: https://lisboaparapessoas.pt/wp-content/uploads/2020/11/quintamarquesabrantas_programa.pdf, s/d.

Tal como as inúmeras áreas expectantes do território da ZOL, que contêm um cunho ainda rural (e.g., para pastagem de rebanhos) e/ou associado à degradação (como depósitos de resíduos a céu aberto ou ainda espaços impermeabilizados decorrentes da demolição e do desmonte de edificado, como antigos complexos fabris), o futuro Parque Urbano assenta num espaço que requer a redefinição de uma nova identidade, de relação da herança urbana (em particular com o seu valor patrimonial rural), que possa servir o presente e as necessidades futuras.

O projeto consiste num novo espaço verde, qualificado e qualificador da área urbana em que se insere, relacionando-se também com as necessidades das populações locais³ (Figuras 14-15).

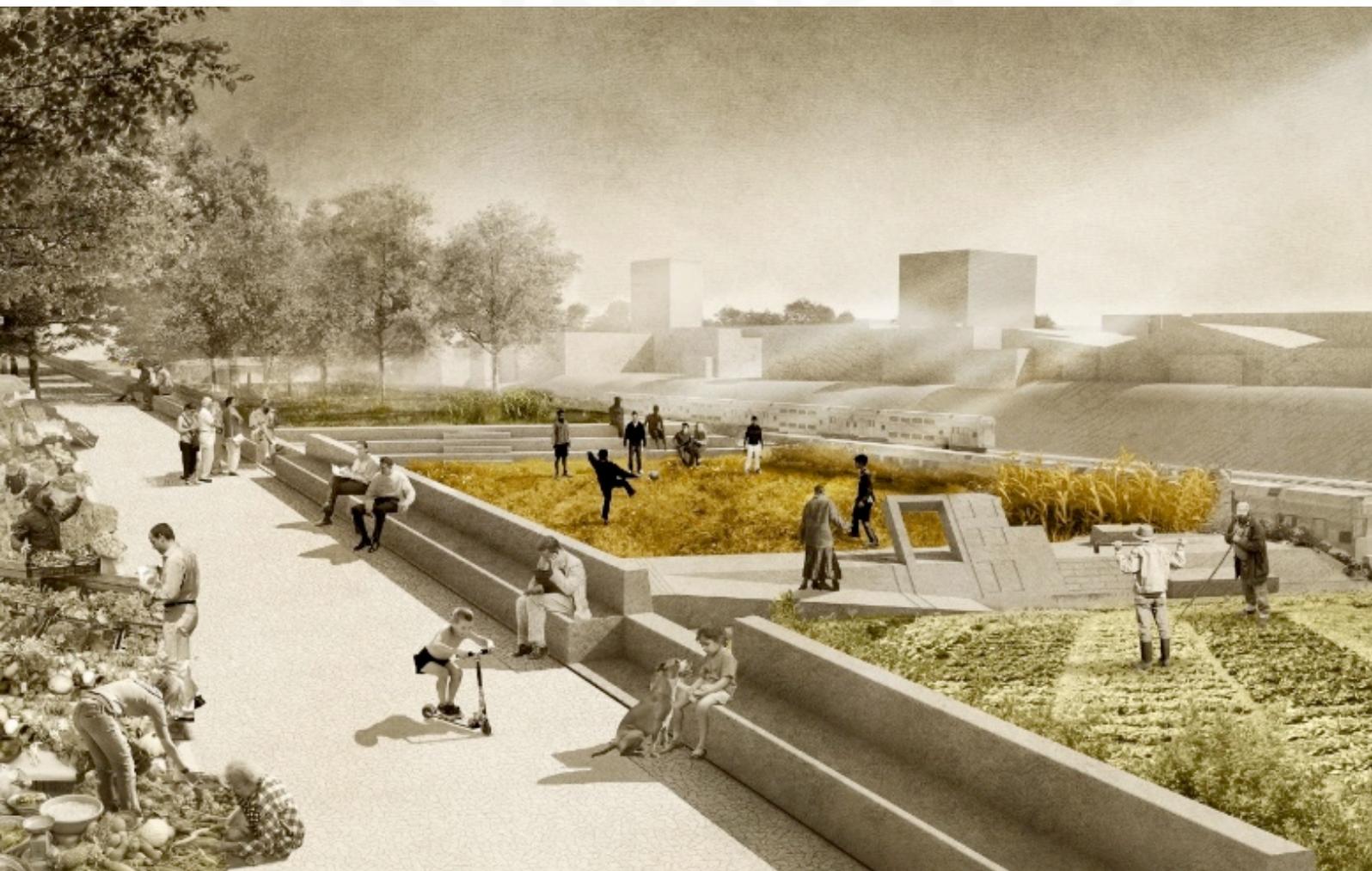


Figura 14: Fotomontagem / vista tridimensional do espaço público proposto no novo Parque Urbano. Fonte: Recurso disponível em: <https://lisboaparapessoas.pt/2022/09/26/parque-urbano-marvila-quinta-do-marques-2023/>, s/d.

³ Baseado no recurso disponível em: <https://www.lisboaocidentalsru.pt/puqma>, s/d.

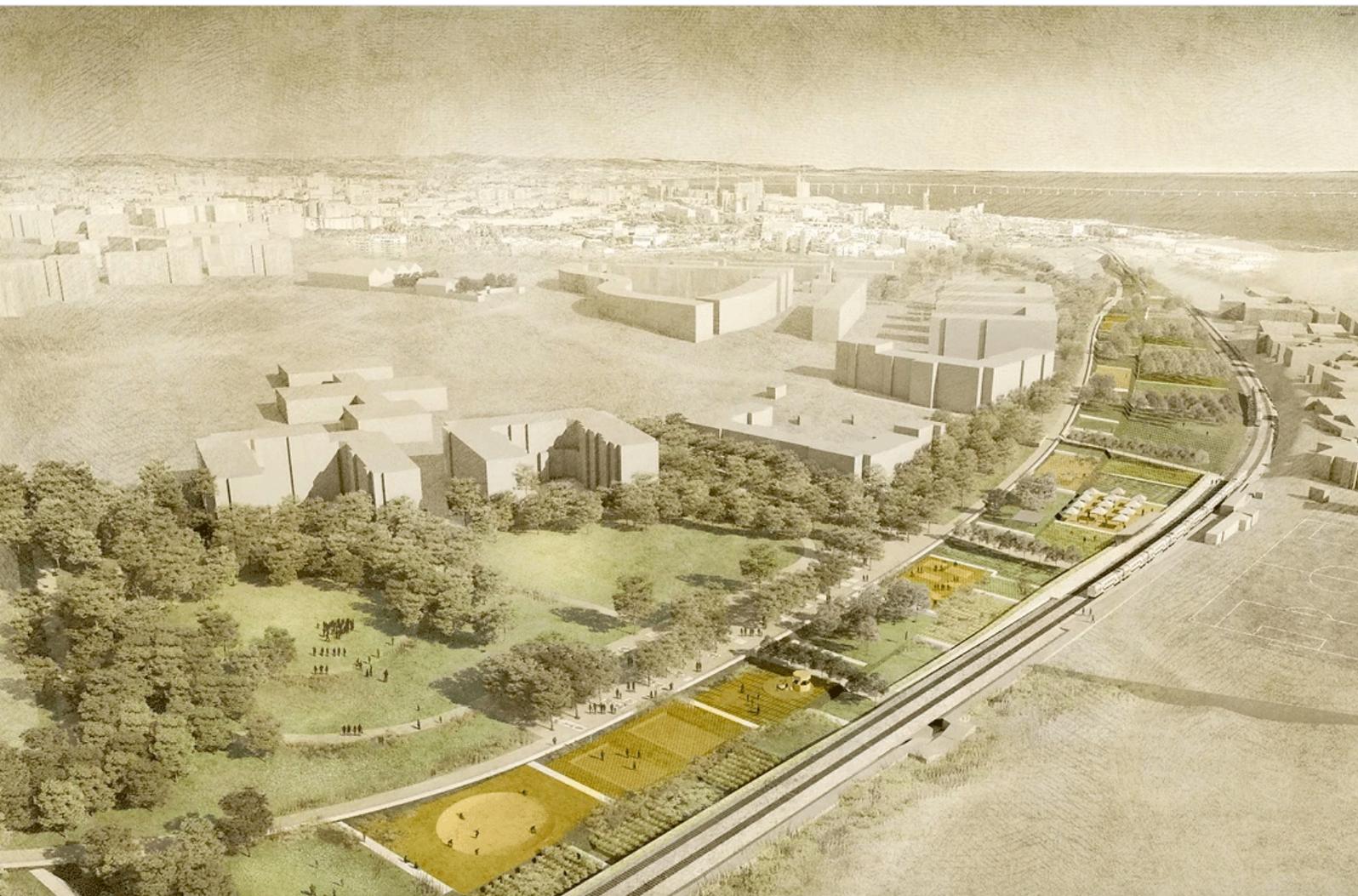


Figura 15: Fotomontagem / vista aérea tridimensional da implantação do novo Parque urbano no território. Fonte: Recurso disponível em: <https://arteria.publico.pt/destaque-slider/associacao-res-do-chao-quer-mudar-o-s-bairros-lisboetas-atraves-da-arquitectura-participativa/,s/d>.

Inserir-se-á no “Corredor Verde Oriental”, ou seja, com vista a ampliar a estrutura verde da cidade. O projeto é da autoria do Atelier de Arquitetura Paisagista PROAP e encontra-se a ser desenvolvido pela Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU). Abrange cerca de sete hectares de terreno, pontuado por percursos pedonais e cicláveis, um parque infantil, campos desportivos e ainda hortas comunitárias (Carvalho, 2021, p. 59). No âmbito dessa transformação do território, a implantação da Terceira Travessia do Tejo (TTT) será determinante a diversos níveis (e.g., paisagístico, arquitetónico, urbanístico, funcional/de usos e estético). Trata-

se, no entanto, de uma infraestrutura de grande escala, cuja ponte se estruturará através de uma bifurcação sobre pilares, a sobrepor num território à microescala, incluindo o Bairro de Casas Económicas da Madre de Deus atualmente existente (Carvalho, 2021, p. 60).

O futuro Parque foca-se na requalificação do espaço público, procurando antecipar a relevância da Linha de Cintura no contexto da mobilidade municipal, que passará a funcionar como “a quinta linha de metropolitano”, estando também previsto o incremento da sua capacidade e a conversão dos seus apeadeiros em estações, concretamente em Chelas e em Marvila (SRU, 2020, p. 7). O equipamento urbano adquire um teor estratégico, de regeneração urbana e com uma “visão única e coerente do território”, gerará uma nova centralidade em redor da linha ferroviária, não só para as populações locais, como também para a circulação entre outras centralidades da cidade (e.g., Roma-Areeiro e Parque das Nações) e ainda como a “principal porta de entrada no bairro” (SRU, 2020, p. 7). Todavia, apesar da iniciativa pública/camarária de lançamento de concursos no âmbito da regeneração urbana, esta apenas poderá ser concretizada de forma integrada e abrangente se envolver metodologias participativas ativas, críticas e constantes. Para tal, o “sentimento de pertença” e de “identidade” são determinantes, na medida em que o compromisso entre os agentes e o meio se estabelece de forma genuína e até informal⁴.

Programa de Renda Acessível (PRA)

Complementarmente, em simultâneo e para o mesmo local, encontra-se também previsto o lançamento de um concurso público para a construção de um edifício de habitação, com estacionamento, enquadrado no Programa de Renda Acessível (PRA)⁵. Ao invés da construção de mais um loteamento habitacional, com potenciais efeitos “gentrificadores”, a população local opôs-se e, de forma participada, crítica e cívica, advogou a premência da construção de um novo parque infantil contíguo ao

⁴ Baseado no recurso disponível em: <https://arteria.publico.pt/destaque-slider/associacao-res-do-chao-quer-mudar-o-s-bairros-lisboetas-atraves-da-arquitectura-participativa/>), s/d.

⁵ Baseado no recurso disponível em: <https://lisboaparapessoas.pt/2022/09/26/parque-urbano-marvila-quinta-do-marques-2023/>, s/d.

Bairro dos Alfinetes⁶. Contudo, será construído um parque verde, a uma escala maior. Dessa forma, o território de Marvila caminha para a otimização dos seus espaços públicos, aproximando-se dos níveis de qualidade de outras áreas (centrais) da cidade.

Abordagem conceptual sobre o futuro da ZOL: Memória e Patrimônio

*Cada presente lança uma nova luz e novos pontos de vista
para encarar o passado.
(Jelin & Vinyes, 2021, p. 19).*

Não obstante as propostas acima analisadas, cientes da premência da articulação de escalas e procurando despertar formas de pensar e de intervir na ZOL, propomos um retorno à memória, não regenerando a própria cidade e considerando a história como mudança. Tal como os arquitetos Adolf Loos (1870-1933) e Heinrich Tessenow (1876-1950) defendiam, assumimos que a herança urbana não é um “peso morto” e sublinhamos que ocuparmo-nos do passado é ocuparmo-nos do presente, uma vez que “o passado não sobrevive no presente sob a forma de recordação, mas sim sob a forma de realidade” (Pérez, 1988, p. 5-9).

Esta abordagem conceptual, histórica e crítico-arqueológica da zona oriental de Lisboa, bem como o seu passado recente pós-industrial (Folgado e Custódio, 1999; Matos e Paulo, 1999; Nevado, 2018), permite-nos considerar as inúmeras camadas, as temporalidades e as pré-existências (particularmente, o parque edificado) como vestígios fundamentais para o (re)conhecimento do passado, do presente e do futuro (Sgard, 2010; Gomes, 2013). O território da ZOL tem sofrido inúmeras transformações, desde a desafetação socioeconómica e com a sobreposição de usos (rural, religioso e fabril) a partir de meados do século XVIII, passando pelo acrescento de aterros sucessivos, pela ocupação da APL, pela manutenção de ruínas, pela preservação informal de elementos patrimoniais que o caracterizam - bem como os

⁶ Baseado no recurso disponível em 30.06.2021:
<https://www.gebalis.pt/moradores/OmeuBairro/Noticias/Paginas/Reportagem-sobre-Parque-Urbano-Marqu%C3%AAs-de-Abrantes.aspx>, s/d.

acidentes topográficos, que lhe conferem identidade(s). Por conseguinte, as memórias urbanas em presença constroem uma paisagem cénica e evolutiva, com “cicatrizes” urbanas (Goula, 2006).

Mas o conceito de regeneração urbana é vasto e complexo. No contexto português, a implementação de programas e instrumentos de regeneração urbana – a par da reabilitação e salvaguarda do património – é dificultada pela profusão e dispersão de diplomas legais sobrepostos e em constante atualização. Assim, importa simplificar o quadro legal e conceptual e procurar formas alternativas de compreender, de conservar e de intervir no território. Indissociáveis da “cultura visual”, as memórias urbanas traduzem-se em mapas mentais e em redes imagéticas, simbólicas e identitárias que não se cingem à cidade contemporânea real, tal como existe. *Ars memoriae* – ou a arte da memória – extrapola assim a cidade física, que, apesar de cénica e performativa, engloba inúmeras perspetivas. Através da Arquitetura enquanto *ars memoriae (mnemotechnica)* e considerando os princípios da “conservação crítica”, a ZOL revela-se como um sítio arqueológico recente e também como uma narrativa aberta e suburbana (Marot, 2012; Vieyra, 2012), que é, no entanto, adaptável à mudança e inserida num sistema urbano mais lato. Consideramos a manutenção e a preservação das características de génese dos edifícios e dos espaços urbanos como elementos fundamentais para a constituição da sua identidade, não recusando, todavia, a sobreposição ou a supressão de elementos de diferentes períodos históricos, nem a sua transformação (atendendo, por exemplo, a exigências técnicas e de conforto atuais). Partindo da valorização da memória, da sua relação com a arqueologia e com o restauro urbano, do estudo de caso e dado o enquadramento conceptual apresentados, a proposta de reconstrução conceptual, histórica e urbana do território através da memória, das “heranças” urbanas – i.e., do seu património dito “arqueológico”, que defendemos –, busca intervenções multiescalares que articulem: (i) o estímulo memorial coletivo; (ii) a preconização da “cidade banal” (Santos, 2006) através da “não-regeneração urbana”; e (iii) o conceito de “restauro urbano” (Rufinoni, 2009), tal como o diagrama abaixo o demonstra (Figura 16).

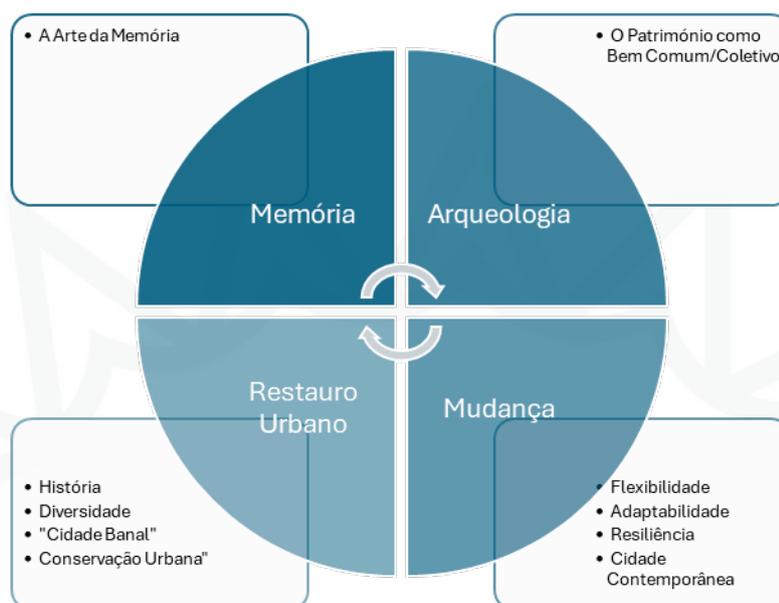


Figura 16: Diagrama conceitual.

Fonte: Diagrama conceitual elaborado por Ana Nevado e Paula André (março de 2023).

Perante a riqueza urbana do lugar em análise e da importância que as heranças (ainda que “recentes”) podem ter na cidade contemporânea, propomos a reconstrução – conceitual, histórica e urbana – do legado patrimonial arqueológico através de uma “sinceridade memorial”, do reconhecimento da autenticidade, da “não-regeneração” e da “restauração urbana” endógenas, por um lado, articulada com intervenções multiescalares na cidade e na sua área metropolitana, por outro lado. Na nossa perspectiva, esta “sinceridade” centra-se, sobretudo, na (re)descoberta de elementos patrimoniais (eruditos e não-eruditos, enquanto testemunhos de diferentes épocas históricas), na conservação de territórios naturais informais (e.g.: vazios urbanos) num ambiente urbano-biofílico e também a apropriação informal de espaços e edifícios (tais como arte urbana, graffiti e ocupações efémeras dos espaços coletivos).

Neste processo, as questões da memória e do património são “forças” e não um “fardo” (Arendt, 1989), servindo como ferramentas conceptuais e ideológicas que visam (re)descobrir e refuncionalizar a cidade, a identidade do lugar e a sua natureza, a diversidade, onde a relação entre o lugar (Norberg-Schulz, 1997) e a sua região ultrapassa o conceito de mero palimpsesto (Corboz, 2004), implicando uma reflexão

sobre o tempo e a memória (Blümer, 2017). A “não-regeneração urbana” do território e a reciclagem urbana utilizam a História como motor de transformação, não recusando, no entanto, intervenções como a demolição quando/se se justificarem. Com efeito, numa era de “incontinência construtiva” (Ribot, 2022), será mais interessante e desafiante projetar e manter o que existe, intervindo estritamente no que é necessário, do que demolir/reconstruir/substituir (Ribot, 2022). O conceito de “recarga ativa”, defendido por Ribot (2022) – no âmbito do debate arquitetónico, urbano e cultural, e das questões da sustentabilidade e da poupança de recursos e redução do consumo –, refere-se à transformação do existente, ressignificando-o e atribuindo-lhe novos usos, através de estratégias projetuais de reinvenção e “reativação” do que foi construído/pré-existente.

Mas poderão as diversas áreas urbanas da ZOL tornar-se emblemáticas e catalogadas pela sua informalidade e autenticidade, com vista a serem preservadas? Qual será o futuro das chamadas “áreas urbanas não-classificadas”? A legitimação – e não a classificação, no sentido clássico – de uma autêntica “arqueologia urbana”, busca uma “sinceridade patrimonial” onde se reconhece as suas capacidades de resiliência e de adaptação à mudança. Inevitavelmente, o ato de “recarregar ativamente” implicará uma redefinição do léxico e do pensamento intelectual (Ribot, 2022), assente no pressuposto de reutilizar, reciclar e reinterpretar o que foi construído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais, destacamos a procura premente de formas alternativas de regeneração urbana dos territórios, com particular destaque para as zonas ribeirinhas, tal como a ZOL. O caso de estudo afigura-se como área urbana pós-industrial e semiperiférica, situada junto ao rio Tejo e à nascente da cidade, com um território complexo, ora denso, ora fragmentado, que exige uma análise abrangente nas vertentes patrimonial, histórica e metropolitana. Não recusando a demolição (somente o fenómeno radical da tabula rasa), é oferecida prioridade à manutenção das condições pré-existentes e à (re)criação de memórias urbanas coletivas, cuja construção será inevitavelmente ideológica e coerente com os valores de cada

sociedade, em cada época. Mas as “heranças” urbanas enquanto “tarefas infinitas” incorporam uma carga histórica que carece de seleção criteriosa, de interpretação e até de uma libertação, fazendo com que o potencial da memória no processo de interpretação e de transformação da cidade contemporânea seja, por isso, simultaneamente histórica e criativa.

O processo de passagem do tempo sobre o território, de forma sucessiva, implica um encadeamento que, embora “em contínuo”, não será, todavia, linear. Através da recolha fotográfica no território, tem sido possível acompanhar esse processo, onde os vestígios e as demais questões do património coexistem e convivem salutarmente com a mudança, preservando, gerindo e incluindo memórias urbanas. Consequentemente, o território não se pretende, portanto, “perfeito” mas simultaneamente diverso e coeso através de uma “recuperação ativa” constante (i.e., em contínuo) dos factos e do tempo, criando “atmosferas” (Valle Zonno, 2020, p. 44) que superam a obra arquitetónica de autor e que implicam um “autoconhecimento” (Husserl, 2008, p. 48) do próprio território, dos seus agentes e de uma operatividade técnico-científica por via da (não)regeneração urbana.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ANDRÉ, Paula. Por uma pedagogia do território: resgatar o conceito «civics» de Patrick Geddes. *Para uma Ética do Território, 3º Seminário Internacional “Arquitecturas do Mar”*, Lisboa, FA-UTL/CIAUD, mar. 2023.

ARENDT, Hannah. La brèche entre le passé e le futur. *La crise de la culture*, [s.l.], 1989 / DIDI-HUBERMAN, Georges, *Sobrevivências dos vaga-lumes*, Ed. UFMG, 2011.

ASCHER, François. *Os Novos Princípios do Urbanismo*. [s.l.]: Romano Guerra, 2010.

AUGÉ, Marc. *Los no lugares: espacios del anonimato: una antropología de la sobremodernidad*. [s.l.]: Gedisa, 2004.

CAMPOS, Álvaro. Ode Triunfal (1914). *Orpheu, Revista Trimestral de Literatura*, Portugal e Brazil, 1, Janeiro, Fevereiro, Março, Ano I, 1915, p.83.

CARBONELL, Eudald. *Elogio del futuro. Manifiesto por una consciencia crítica de especie*. Barcelona: Arpa, 2018.

- CORBOZ, André. El Territorio como Palimpsesto. RAMOS, Angel Martín. *Lo urbano en 20 autores contemporáneos*, Catalunha, Universitat Politècnica de Catalunya, 2004.
- CROUCH, Colin. *Post-democracy – After the Crisis*. [s.l.]: Polity Press, 2020.
- DEMATTEIS, Giuseppe. *Progetto Implicito. Il contributo de la Geografia umana alle scienze del territorio*. [s.l.]: [s.n], 1995.
- DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx. Es estado de la deuda, el trabajo del duelo y la nueva internacional*. Madrid: Editorial Trotta, 1995, pp. 67-68.
- FOLGADO, Deolinda, CUSTÓDIO, Jorge. *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- GOULA, Maria. *Los Otros Paisajes: lecturas de la imagen variable*. 2006. Tese (Doutorado em Planeamento Urbano e Ordenamento Territorial), Universidade Politècnica da Catalunha, Catalunha, 2006.
- GOMES, João Carlos Miranda e Silva Pereira. *As Cidades e as Políticas da Memória*. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Instituto Superior Técnico, Lisboa, 2013.
- HUSSERL, Edmund. *A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia (1935)*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.
- JELIN, Elizabeth, Vinyes, Ricard. *Como será o pasado? Una conversación sobre el giro memorial*. Barcelona: Ned Ediciones, 2021.
- MAROT, Sébastien. *From the Art of Memory to the Art of Hope: A Little Odyssey. Curso “Construction and History of Cities and Landscapes: Transformation, Permanence, Memory”*, Escola de Programas Doutorais – Politécnico de Milão, Milão, 2012.
- MATOS, José Sarmiento de, PAULO, Jorge Ferreira. *Caminho do Oriente: Guia Histórico I e II*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- MONTANER, Josep Maria. *Renombrar la arquitectura en su evolución técnica, formal y ética*. Barcelona: Editorial GG, 2023, p. 11.
- MURATORI, Saverio. *Studi per una operante storia urbana di Venezia*. Roma: Instituto Poligrafico dello Stato, 1960, p. 5.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *L’Arte du lieu: architecture et paysage, permanence et mutations*. [s.l.]: Le Moniteur, 1997.
- PÉREZ, Fernando Oyarzún. *Historia y proyecto en una condición pos-moderna. Cuadernos de Extensión*, 13, [s.l.], 1988.
- REYNAUD, François Léonce (1803-1880). CERDÀ, Ildefonso, *La Théorie Générale de l’Urbanisation*. Paris: Éditions du Seuil, 1979, p. 231.

RIBOT, Almudena Manzano. Contra la incontinência constructiva. *ESPEGEL, Carmen, CÁNOVAS, LAPUERTA, José Maria de, Amaneceres domésticos. Temas de vivienda colectiva en la Europa del siglo XXI*, Madrid, ICO, p. 53-90, 2022.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. *Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural*. 2009. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. *Coleção Milton Santos, 1*, [s.l.], 2006.

SENNETT, Richard. *The Open City*. [s.l.]: [s.n.], 2014.

WAISMAN, Marina. *Autocrítica* (1996), manuscrito inédito recolhido em MOISSET, Inês, ed. lit. *Marina Waisman. Reinventar la crítica, Un día, una arquitecta*, Córdoba, 2013.

ZUMTHOR, Peter, LENDING, Mari. *A Feeling of History*. Zurich: Verlag Scheidegger & Spiess AG, 2018.

Fontes eletrônicas e sites

BLÜMER, Mariana Povian. Porosidade urbana: continuidade, descontinuidade e ação na cidade contemporânea. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias), Universidade Pontifícia Católica de Campinas, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/16258>. Acesso em: 07 jan. 2024.

CARVALHO, Mariana Sofia Rodrigues. O Papel do Arvoredo Urbano na Mitigação das Alterações Climáticas em Espaços Vacantes. Caso de Estudo: Marvila-Beato, Lisboa. 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura Paisagista), Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/23589>. Acesso em: 17 fev. 2024.

FRÍAS, Laura Gallardo. Lugar y Arquitectura. Reflexión de la esencia de la arquitectura a través de la noción de lugar. *Arquiteturarevista*, v. 9, n. 2, p. 161-169, 2013. DOI: <https://doi.org/10.4013/arq.2013.92.09>. Acesso em: 01 dez. 2023.

NEVADO, Ana. Da expansão à recentralização – do território ao património. A regeneração urbana da zona ribeirinha oriental de Lisboa (1964-1994). 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/16560>. Acesso: 01 dez. 2023.

SGARD, Anne. Le paysage dans l'action publique: du patrimoine au bien commun. *Développement durable et territoires. Économie, géographie, politique, droit, sociologie – paysage et développement durable*, 1(2), 2010. DOI:

<https://doi.org/10.4000/developpementdurable.8565>. Acesso em: 01 dez. 2023.

Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU). Programa Preliminar do Parque Urbano da Quinta Marquês de Abrantes. Lisboa: Sociedade de Reabilitação Urbana, 2020. Disponível em: https://lisboaparapessoas.pt/wp-content/uploads/2020/11/quintamarquesabrantas_programa.pdf. Acesso em: 07 jan. 2024.

VALLE ZONNO, Fabiola. Arquitetura, paisagem e memória – a poética de Peter Zumthor. Revista Poiésis, Niterói, 21(36), p. 35-66, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/poiesis.v21i36.42734>. Acesso em: 01. dez. 2023.

VALVA, Milena D’Ayala. Da Renovatio Urbis à Cidade Porosa. Um laboratório para a cidade contemporânea. 2011. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Área de Design, Espaço e Cultura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.16.2011.tde-09092011-152826>. Acesso em: 01 dez. 2023.

VIEYRA, Leticia Sánchez. Suburbanismo y el arte de la memoria. Sébastien Marot, p. 219-224, [s.l.], 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.22201/iee.18703062e.2010.97.2324>. Acesso em: 06 jan. 2024.